

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1007959-97.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **José Onofre Justino**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSÉ ONOFRE JUSTINO, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 21 de novembro de 2015 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a R\$ 13.500,00.

A ré contestou o pedido apontando carência de interesse processual do autor, alegando falta de laudo do IML; no mérito quitação da obrigação pelo pagamento administrativo no valor de R\$ 2.531,25, em 21/03/2016, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestou-se a ré, reiterando as postulações de rejeição da demanda.

É o relatório.

DECIDO.

Com já mencionado ao sanear o processo, não faltava documento essencial à propositura da ação: *"Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada". (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012).*

No mérito, o laudo pericial médico apurou que *"Há nexos causal entre o acidente narrado e as lesões sofridas"*.

Além disso, concluiu que *"O periciando apresenta incapacidade parcial, permanente e incompleta, com repercussão moderada. O dano funcional é estimado em 50% de 70% (perda anatômica e/ou funcional de membro superior esquerdo), perfazendo 35% da SUSEP"*.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez do autor, em razão de resultantes do acidente de trânsito.

É, portanto, devida a indenização prevista no inciso II do art. 3º, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com as alterações que lhe deu o art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: "*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*".

No presente caso, portanto, devida indenização em favor do autor no valor de R\$ 4.725,00 (*quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais*), correspondente ao percentual de 35% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00.

Entretanto, é incontroverso entre as partes que houve pagamento administrativo no valor de R\$ 2.531,25 (*dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos*), em 21/03/2016, devendo, assim este valor ser devidamente abatido do valor a ser indenizado, em cálculo a ser realizado em cumprimento de sentença, posto que também sofrerá incidência da correção monetária.

Ademais, nos termos da Súmula nº 426, do STJ: "*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação*".

Em resumo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, fixação que se faz no patamar máximo em razão de que a ré tenha se valido de teses várias, em sua totalidade já reiteradamente rejeitadas por nossos tribunais, demonstrando espírito voltado à protelação do atendimento do direito da autora, vitimada gravemente por acidente de trânsito, conforme a leitura dos autos permitiria à ré concluir e verificar.

Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A a pagar ao autor JOSÉ ONOFRE JUSTINO a importância de R\$ 4.725,00 (*quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, a contar da data do evento danoso e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, do qual será abatido o valor pago administrativamente de R\$2.531,25 (*dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos*), do mesmo modo atualizado monetariamente, desde a data do pagamento; e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 08 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA